



**CÓDIGO FLORESTAL** Expectativa agora é que senadores barrem emendas que causaram polêmica

# Aprovação decepciona ambientalistas

A aprovação do texto-base da reforma do Código Florestal Brasileiro, na noite de terça-feira, pela Câmara dos Deputados, decepcionou ambientalistas de Piracicaba, que vinham realizando manifestações contrárias às emendas propostas pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB) e buscando apoio em bases que julgavam importantes, como a Câmara de Vereadores e a Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz).

Embora insatisfeitos, os ambientalistas locais devem dar continuidade às manifestações, mesmo porque o projeto ainda será levado à análise do Senado e depois terá que passar pela sanção da presidente Dilma Rousseff, que já declarou sua tendência de veto a alguns dos pontos.

Entre as emendas mais criticadas — motivo da reação negativa por parte da presidente — está a anistia a produtores que desmataram áreas até junho de 2008. “É uma das emendas mais preocupantes, talvez não se pensarmos nas ocupações históricas, mas porque acaba premiando quem desmatou em pleno século 21”, disse Renato Morgado, presidente do Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).

Se essa emenda especificamente for aprovada pelo Senado, não deve receber anistia de Dilma, caso seja cumprida sua promessa de campanha eleitoral. A expectativa é que os senadores promovam mudanças no texto.

Outra das importantes mudanças aceitas pelos parlamentares, por 273 votos a 182, é a que

permite aos Estados definirem o uso das APPs (Áreas de Preservação Permanente), hoje de responsabilidade da União, que determinam a manutenção da regularização de acordo com o interesse público. “Deve piorar com o Estado à frente, pois a definição sofrerá pressões localizadas”, falou Morgado.

Na opinião do diretor da ONG (Organização Não Governamental) Florespi, Rafael Jó Girão, a aprovação é considerada um retrocesso. Ele defende a necessidade da reforma, mas acredita que ela deva ocorrer a partir de discussões envolvendo todos os setores sociais. “É uma lei de 1965, de muito importância, que repercute em relação à ocupação de áreas, mas o documento final aprovado não está bem claro, já

que algumas alterações foram feitas minutos antes da votação, sem que a sociedade pudesse discutilas”, afirmou.

Girão disse que serão reunidas as moções de apelos conseguidas na cidade, contrárias às propostas do deputado Aldo Rebelo, para que sejam encaminhadas também ao Senado.

**DILMA** — Durante o almoço com os senadores petistas, ontem, no Palácio da Alvorada, a presidente Dilma Rousseff lamentou não ter conversado mais com os parlamentares da Câmara antes da votação. “Se a gente tivesse tido mais diálogo, teríamos aprovado na Câmara. Foram 40 votos de diferença”, comentou a presidente da República. *(Com informações da Agência Estado)*